

INFORMAÇÃO E DOCUMENTO: RELAÇÕES SIMBIÓTICAS

Resumo: Os termos documento e informação são analisados a partir da revisão de literatura de seus conceitos sob a óptica de autores anglófonos, francófonos e hispanófonos. A análise objetiva identificar aproximações e distinções conceituais, a fim de entender como contribuem na construção identitária da área. A metodologia empregada tem como base a Teoria Comunicativa da Terminologia que analisa os termos em seu uso social. O resultado da análise demonstra que apesar das distinções quanto à natureza e funções, os termos documento e informação apresentam traços semânticos que se complementam. Tal aspecto evidencia uma relação simbiótica, constatada na complementaridade dos traços semânticos encontrados nas perspectivas objetiva, subjetiva e social das acepções dos termos. A atuação simbiótica dos termos corrobora a composição do escopo conceitual da área da Ciência da Informação.

Jéssica Camara Siqueira
Doutoranda em Letras (FFLCH – USP)
Mestre em Ciência da Informação (ECA-
USP)
Especialização em Arquivos (IEB-USP)
Graduação em Biblioteconomia (ECA-USP)
Graduação em Letras (UNIMAR)

jessica.camara@yahoo.com.br

Palavras-chave: Ciência da Informação. Documento. Informação. Terminologia.

Information and Document- Symbiotic relationships

Abstract: The article analyzes the terms and document information for literature review of Anglophone, Francophone and Hispanophone authors. The goal is to identify similarities and conceptual differences, in order to understand its contribution in the area. The methodology is the Communicative Theory of Terminology, which considers the terms in its social use. The result indicates that in spite of the distinctions nature and function of the semantic terms have complementary features. This aspect indicates a symbiotic relationship observed in the analysis of objective, subjective and social perspectives of the concepts. The symbiotic performance of the terms contributes to the conceptual scope of Information Science.

Keywords: Information Science. Document. Information. Terminology.

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação reflete o contexto dinâmico e fragmentado do fazer científico da contemporaneidade. Se por um lado reúne elementos que delineiam suas matrizes

epistemológicas, por outro lado, ao estar em interface com outros domínios, evidencia um caráter flexível às mudanças contextuais. Como tantos outros campos científicos, a Ciência da Informação tem que lidar com o peso das certezas do passado em conflito com a volatilidade do presente.

Na tentativa de buscar caminhos de melhor compreensão identitária da área encontram-se trabalhos que aliam o difuso olhar pragmático à perspectiva terminológica. Nessa visão, parte-se da noção monorreferencial de um termo para se chegar a seu valor socialmente construído e validado por um contexto. A definição de um termo, mais do que mero coadjuvante na composição do arcabouço teórico de uma área, pode ter um papel crucial na delimitação de um escopo científico. A exemplo disso na área da Ciência da Informação existem os termos documento e informação.

Ambos os termos têm um papel conceitual ativo na área, tanto em sua origem, auxiliando a delimitação dos primeiros caracteres técnico-funcionais, como hoje, ao se expandirem para outros domínios e trazerem questões para a autorreflexão da área.

O objetivo do artigo é apontar as principais similitudes e distinções entre os termos documento e informação a partir da revisão de literatura de suas definições. A identificação de tais aspectos é salutar por evidenciar a importância desses termos no corpo conceitual da área. Além disso, a dinâmica de funcionamento conceitual dos termos no escopo da área é de tal forma imbricada que pode ser designada como simbiótica.

Utilizando-se do arcabouço teórico e metodológico da Terminologia Comunicativa consegue-se observar três perspectivas comuns aos dois termos, a perspectiva objetiva, a subjetiva e a social. Apesar das distinções que particularizam cada termo, observa-se que ambos, no contexto da área em questão, atuam simbioticamente. A simbiose se instaura uma vez que suas matrizes conceituais dialogam-se e complementam-se no contexto da Ciência da Informação.

Quanto à organização, o artigo está dividido em quatro partes: a descrição dos processos metodológicos, a apresentação das noções de documento, a apresentação das noções de informação e as considerações acerca das relações simbióticas entre dos termos.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A Terminologia como disciplina teórica e aplicada envolve a descrição e o ordenamento dos conceitos e seus respectivos termos em uma área, tanto num nível cognitivo

como comunicacional. Para fins dessa análise utiliza-se como base teórica e metodológica a Terminologia Comunicativa, voltada à compreensão do uso pragmático de um termo em determinado contexto social.

Dessa corrente de estudos terminológicos destacam-se os trabalhos de Cabré (1993), na Europa, que fazem um contraponto multidimensional ao olhar monorreferencial da Terminologia Clássica. No Brasil, dentre os diferentes pesquisadores que seguem tal perspectiva teórica elege-se o trabalho de Barros (2004) para ser usado complementarmente na composição do arcabouço metodológico do artigo.

O procedimento metodológico de análise terminológica ocorreu em quatro fases: levantamento bibliográfico para a construção do *corpus*; leitura, coleta e análise dos traços característicos de cada conceito, utilizando-se o recurso de fichas terminológicas para os processos de análise e síntese das noções.

O levantamento bibliográfico foi realizado em três etapas: a consulta dos termos foi feita em dicionários da área; a busca de resumos na base LISA (*Library Information Science Abstracts*); e a pesquisa de autores feita nas bases de textos completos do Portal Capes. Depois desse primeiro levantamento foram selecionados três autores que encabeçaram a escolha das definições usadas no trabalho terminológico: Capurro (2007), Lund (2009) e Ortega (2004; 2009abc; 2010).

A seleção desses três autores como norteadores da revisão de literatura dos termos se deu por três razões: primeiro por trazerem um panorama de definições dos termos sob a óptica de autores dentro de um mesmo recorte cronológico (2001-2011). Segundo porque esses autores poderiam ser agrupados geograficamente em três grupos: anglófonos, francófonos e hispanófonos, o que facilitaria a análise da perspectiva contextual de suas acepções. Por fim, observou-se a possibilidade de aproximação das perspectivas dos autores em três visões: objetiva, subjetiva e social.

As fichas terminográficas utilizadas para coleta, análise e síntese dos termos, foram baseadas nas sugestões de Barros (2004) e Cabré (1993). No final da análise, foram selecionados doze contextos para compor a definição dos termos, sendo seis para o termo “documento” e seis para o termo “informação”. Nas fichas de análise, foram delimitados os seguintes elementos de entrada: termo, referência, contexto, tradução e trechos do contexto

subdividido em três características semânticas: perspectiva objetiva, perspectiva subjetiva e perspectiva social. Por fim a síntese das definições foi elaborada com base nessas três perspectivas, permitindo a constatação da interface conceitual entre os termos.

3 A NOÇÃO DO TERMO “DOCUMENTO”

A origem etimológica do termo documento é o latim. O termo proveniente de *documentum*, sinônimo de educação e instrução, agrega os significados presentes nos radicais *doceo* (*ensinar*) e *disco* (*aprender*). A etimologia remete, portanto, a um contexto de ensino e aprendizagem e a uma premissa segundo a qual quem emite uma mensagem espera produzir alguma alteração no outro (ORTEGA, 2004).

Na época medieval a noção de documento ganha outro traço semântico, o valor jurídico associado ao documento como prova ou testemunho. Tal significado perdurou até o século XVIII, tendo um importante papel na Diplomática, Arquivística e Direito. Depois disso o papel do documento voltou-se principalmente às pesquisas científicas, que exigiam provas empíricas. Todavia é com as Ciências Humanas, no século XIX, com Otlet que o termo ressignifica-se como a representação concreta de um conhecimento.

Tendo como base esse breve histórico do termo, acrescentam-se, após a análise terminológica, as perspectivas de autores mais contemporâneos. Agrupam-se em autores: anglófonos Lund (2009) e Francke (2005); francófonos Couzinet (2009) e Pedaúque (2003) e os hispanófonos Reig Cruaños (2005) e Rodríguez Bravo (2009).

Lund (2009) verifica que a noção de documento é composta de três aspectos complementares: o físico, o social e o mental, perspectivas bem difundidas na concepção de outro termo, informação. Mas sobre o documento o autor destaca que tais perspectivas, mesmo que complementares, não precisam ser vistas simultaneamente. Para Lund (2009) a questão central não seriam as dimensões em si, mas como elas se interagem umas com as outras. Nesse ponto o autor ressalta o papel do contexto, elemento chave para determinar a natureza documentária.

Francke (2005), por outro lado, começa salientando o aspecto do documento como um “elemento estruturado” no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação (*Library and*

Information Science). Todavia, segundo a autora a importância do documento nessas áreas seria secundária, principalmente comparando-se às noções de “informação” e “texto”. Mas a autora lembra que tal visão está mudando e nesse ponto ela supõe que tal alteração pode ser motivada pela percepção de que o documento atende a uma função social, concluindo que a noção de documento estaria diretamente relacionada a um contexto. Nesse viés, além da percepção da relação estrutural do documento, voltada à organização e representação do conhecimento, haveria seu papel social, desempenhado a fim de fornecer e preservar o conhecimento para as próximas gerações (FRANCKE, 2005).

Já na linha francesa a noção de documento está relacionada à Comunicação, expressa na própria denominação da área - *Sciences de l'Informations et Communication*. Considerando esse viés comunicacional destacam-se duas perspectivas predominantemente: a subjetiva, que privilegia o papel do emissor/receptor na elaboração da mensagem; e a social, por considerar não só o indivíduo que produz a mensagem informativa, mas o contexto em que ele está inserido.

Como representante desse viés, Couzinet (2009) parte da ideia do documento como objeto concreto, ou seja, “o modo no qual a informação ou conteúdo, ganha forma no plano comunicacional” (COUZINET, p.10, 2009). Para ela, o documento estaria “adormecido” não existindo *per si*. Todavia para que o documento fosse “ativado”, ou seja, ter uma função de portador de um conteúdo informacional, seria necessário “questioná-lo”. Esse “questionamento” seria feito por um sujeito responsável por “despertá-lo” ou “revelá-lo” como documento. Diante disso, Couzinet (2009) ressalta o papel do usuário/conceptor, o “elemento propulsor” dessa “vontade de informar” (MEYRIAT, 1981 apud COUZINET, 2009).

Mesmo considerando as perspectivas objetiva e social Couzinet (2009) privilegia a subjetiva destacando o papel do sujeito na atribuição da noção de documento, ressaltando a dimensão da finalidade/intencionalidade na criação/atribuição do que é documento. Tal concepção recupera de certa forma a visão de Meyriat (1981), que trata do documento por intenção e atribuição, noções que são revisitadas pelos autores franceses posteriores, como Couzinet.

Numa outra perspectiva Pedauque¹ (2003) entende que o documento é constituído de três aspectos: a forma (como objeto material ou imaterial); o signo (como portador de sentido); e o meio (como vetor de comunicação). Para explicar cada uma das categorias, que para ele devem ser vistas como domínios e não como dimensões exclusivas, usa uma analogia linguística.

A forma estaria associada à Morfossintaxe enxergando o documento em sua materialidade com o objetivo de melhor manipulá-lo e utilizá-lo. A noção de signo estaria relacionada à Semântica percebendo o documento como um elemento portador de significado e dotado de uma intencionalidade, o que acarretaria constatar que o documento é indissociável do sujeito no contexto em que é construído ou reconstruído seu sentido. E o documento ligado à Pragmática seria fruto das relações sociais, ou seja, produzido por um grupo social que lhe suscitaria, difundiria, armazenaria e utilizaria, destacando assim seu papel como fenômeno social (PÉDAUQUE, 2003).

Depois de perpassar pelas dimensões do termo Pedauque (2003) conclui que a noção de documento estaria associada aos contratos de dimensão antropológica (legibilidade-percepção), intelectual (compreensão-assimilação) e social (sociabilidade-integração). Nota-se assim, que sua posição se assemelha à de Lund (2009), que enxerga a noção de documento associada a um conjunto de perspectivas complementares, fruto de um determinado contexto.

Na linha espanhola, talvez influenciada pela forte tradição da Documentação e dos estudos Comunicacionais, da mesma forma que a linha francesa, preponderam as perspectivas objetiva e subjetiva. A primeira possivelmente associada ao caráter material da noção de documento como suporte; e a outra que se relaciona não só ao inevitável processo comunicativo entre emissor / receptor da mensagem informativa, mas que destaca o papel da intenção comunicativa para caracterizar a finalidade informativa do documento.

Reig Cruañes (2005) mesmo considerando a perspectiva antropológica do documento, principalmente ao resgatar a afirmação de Otlet (1934) que via o documento como memória

¹ RTP Doc (Réseau, Thematique Pluridisciplinaire Documents et contenu, création, indexation et navigation) ou mais comumente conhecido com o pseudônimo de Roger T. Pedauque, diz respeito a autoria coletiva do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) na França, formado por especialistas de diversas áreas (matemáticos, linguistas, semiologistas, filósofos, e profissionais da Ciência da Informação e Informática), que estudam a Redocumentarização, com destaque para o papel do documento digital, nesse “novo” momento da Documentação.

materializada da humanidade, privilegia a perspectiva objetiva. Nela o autor destaca a funcionalidade do documento como “meio de transmitir informação”, ou seja, a fixação de informação sobre algum suporte material com intenção de comunicar uma mensagem. Dessa forma, estruturalmente, o documento seria composto de uma mensagem informativa e de um suporte que serviria de “veículo” para a mensagem, o que segundo o autor, o converteria em uma sucessão de signos. É claro que tal perspectiva acaba se associando diretamente à subjetiva, já que o autor lembra que para um signo constituir uma mensagem é preciso que haja um referente reconhecível ao emissor/ receptor, ou seja, um conjunto de signos só pode ser considerado “documento” se tiver um receptor potencial capaz de “enxergar” a informação embutida ali.

Informação e documento também se aproximam na obra *El documento - entre la tradición y la renovación*, de Rodríguez Bravo (2002). A autora começa o livro destacando como a difusão dos estudos informacionais e tecnológicos, após 2ª Guerra Mundial abalou “certezas” e questionou a difusão das distâncias aparentes na área, a exemplo das noções de documento e informação. Com destaque aqui para a noção de documento, Rodríguez Bravo (2002) propõe uma reflexão a partir da compreensão das diferentes concepções do termo, questionando suas aplicações e limites, além de destacar em um capítulo, o valor da informação na constituição da natureza do documento.

Sobre a definição de documento Rodríguez Bravo (2002) ressalta o ponto de vista da funcionalidade, ressaltando o papel de comunicar a informação. Assim, o documento seria um suporte portador de uma mensagem emitida com intenção comunicativa e potencialmente informativa para um receptor, o que para a autora se traduz em um instrumento fundamentalmente informativo. Dessa forma, o papel da intenção comunicativa do emissor seria imprescindível para se caracterizar a finalidade informativa do documento. Nota-se assim que como Reig Cruañes, Rodrigues Bravo, também privilegia as perspectivas objetiva e subjetiva da noção de documento.

Para finalizar esta etapa é relevante mencionar que mesmo sendo notória a perspectiva física em todos os contextos analisados, fica patente que os autores preferem destacar ora o aspecto subjetivo, que valoriza o papel do sujeito na atribuição do que pode ou não ser um documento; ora o aspecto social em que se expande a visão, considerando não só o sujeito

isolado em sua produção/apreensão de sentido, mas o contexto e a situação espaço-temporal em que está envolvido.

4 A NOÇÃO DO TERMO “INFORMAÇÃO”

O termo “informação”, segundo Kornwachs e Konstantin (1996), tem origens gregas e latinas. Os termos gregos *eidos/Idea*, *morphé e typos*, usados na filosofia de Platão e Aristóteles, já traziam em seu bojo os conceitos-chave da ontologia e epistemologia grega, remetendo seu significado a “modelo” e “representação”. No entanto, as raízes etimológicas do termo são latinas provenientes dos termos *informo* e *informatio* que denotavam o ato de moldar a mente ou de comunicar conhecimento.

Na Idade Média, influenciado pela filosofia escolástica, o sentido dos termos *informatio* e *informo* ganharam outra conotação. Além da herança latina, incorporou-se ao significado dos termos um uso moral e pedagógico, referindo-se à formação ou modelagem da mente e do caráter (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Todavia, com a Idade Moderna o uso dos termos se transformou novamente, perdendo suas conotações ontológicas e adquirindo um significado predominantemente epistemológico, associando-se à noção de representação e aproximando-se dos estudos da linguagem (GONZÁLEZ DE GOMES, 2002).

No entanto, um dos momentos de maior impacto na história do termo foi na segunda metade do século XX. O pós-guerra, a Teoria da Informação, Cibernética, a Teoria dos Sistemas, o nascimento da inteligência artificial, o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, além do surgimento de novas áreas do conhecimento foram fatores que redimensionaram o uso do termo “informação”. Antes restrito à denominação abstrata, ganhou nesse contexto um *status* de conceito interdisciplinar (ROBREDO, 2005).

O termo informação não se restringiu a um campo, ganhou grande versatilidade de usos e acepções em diferentes áreas na contemporaneidade. Todavia é inevitável que seja validado em seu contexto de uso, considerando para tal o campo científico em questão e o recorte de sentido apropriado à situacionalidade.

Para a observação das nuances de sentido nas acepções do termo informação, será utilizada a mesma metodologia de revisão de literatura de autores anglófonos, francófonos e

hispanófonos do termo documento.

A noção de informação elaborada pelos autores franceses, mesmo com as particularidades de cada um, têm em comum o fato de aproximarem a noção de “informação” e de “documento”. Uma explicação possível para tal percepção talvez seja o fato da linha francófona considerar o conceito de Informação-Documentação, o que segundo Metzger (2006) seria uma expressão criada a fim de “evitar o caráter redutor do termo único Documentação” (METZER, p. 43, 2006).

Fondin (2005), ao definir informação parte do conceito clássico “informação como conteúdo de uma mensagem”. Tal denominação, por seu caráter genérico, poderia tornar-se objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, já que diferentes tipos de especialistas poderiam utilizá-la como uma “ferramenta” para seus estudos. Segundo essa perspectiva, o autor expande a noção de informação como “sinônimo de objeto social”, o que tem como consequência o fato dela não “pertencer de direito” a nenhuma ciência, já que poderia ser utilizada por qualquer uma. Diante desse cenário o autor explica que na verdade quando a Ciência da Informação fala da noção de “informação” seus especialistas enxergam um escopo mais particular “a informação intencional”.

Fondin (2005) explica que a informação intencional seria o objeto clássico da Ciência da Informação, já que teria o valor de “conhecimento comunicado” – ideia também presente na Comunicação. A informação intencional poderia ser caracterizada por dois critérios: a obsolescência (nível de interesse de alguma coisa no decorrer do tempo), podendo assim ser durável ou efêmera; e o uso (critério não inerente à coisa em si, mas que pode ser atribuído para se explorar a informação). Mais adiante em seu texto o autor ressalta que a informação não pode ser qualquer conteúdo fixado em um suporte, já que cabe a cada leitor em seu espaço social atribuir-lhe um sentido. Assim a informação não deveria ser vista como um objeto físico, mas uma “objeto eminentemente social” (FONDIN, p.11, 2005). Dessa forma, Fondin destaca tanto a perspectiva subjetiva, considerando a noção de “informação intencional” diretamente vinculada a um sujeito emissor, como a visão social, já que não se “esquece” de inserir o sujeito receptor num contexto social.

Outro autor que aproxima a noção de informação e documento é Latour (2008). Ao definir informação, destaca primeiramente seu aspecto material e prático, falando metaforicamente da noção de documento:

A informação não é um signo, e sim uma relação estabelecida entre dois lugares: o primeiro, que se torna uma periferia, e o segundo, que se torna um centro, sob a condição de que entre os dois circulem um veículo que denominamos muitas vezes forma, mas que, para insistir em seu aspecto material, eu chamo de inscrição (LATOURE, p.22, 2008).

Latour (2008), contrário a uma visão dualista, não se centra em apenas uma perspectiva para enxergar a informação, mas prefere vê-la sob o viés da “caótica” dinâmica das relações, numa visão mais pragmática. Esse olhar relacional do autor está presente em grande parte de seus estudos, refletindo sua crítica à visão dualista da ciência que separa o conteúdo científico do contexto social. Segundo ele: “é como se contexto e conteúdo fossem dois líquidos que podemos fingir misturar pela agitação, mas que se sedimentam tão logo deixados em repouso” (LATOURE; WOOLGAR, p.20, 1997, apud FREIRE, p.48, 2006). Analogamente, a noção de informação não poderia dissociar-se da noção de documento, já que juntas desempenhariam uma função social e prática. Dessa forma, Latour dá a mesma importância para a perspectiva objetiva e social, deixando bem evidente em seu texto a discordância em seccionar aquilo que para ele só funcionaria em conjunto.

Os autores anglófonos por sua vez demonstram uma nítida predileção pela perspectiva social. É evidente que são mencionados os aspectos objetivo e a subjetivo, sendo este último principalmente destacado por associar-se ao sentido atribuído a uma mensagem e a construção do sujeito. Todavia, esse sujeito não está isolado em suas escolhas, pois está inserido numa sociedade e é fruto de um contexto sociocultural, logo a noção de informação também acaba sendo influenciada pelo contexto.

Cornelius (2002), por exemplo, afirma que a informação “é o significado da mensagem, juntamente com todas as informações contextuais relevantes à disposição do destinatário” (CORNELIUS, p.393, 2002). Nessa definição, o autor destaca que o conteúdo da informação é uma construção subjetiva do destinatário, embora socialmente negociada. Mesmo resgatando a perspectiva construtivista, que ressalta a singularidade da experiência individual de informação, o autor lembra que não há nenhuma informação independente de nossas práticas sociais. A informação, portanto, seria negociada na interação em relação a

outros sentidos, envolvendo para isso uma dinâmica rede de significados construídos a partir do processo de comunicação, que se combinaria para influenciar ou determinar o conteúdo informacional.

Day (2000) também enxerga a informação como um produto das práticas sociais, ressaltando o papel da informação como um conceito cultural, noção que para ele seria elementar na conjuntura da sociedade atual. As outras perspectivas também são contempladas: na objetiva destaca a informação como algo quantificável, mensurável e factual, características que contribuiriam com o processo comunicativo e no envio e recebimento de mensagens com o mínimo de interferência possível; e na perspectiva subjetiva destaca o papel do emissor na construção do conteúdo informativo a partir de sua intencionalidade. Assim, podemos perceber que Day (2000) tem tanto uma visão objetiva quanto subjetiva da informação. Tal perspectiva dialoga com a visão de outro autor, Hjørland (2007), em seu texto *Objective or Subjective/Situational*.

Quanto aos autores hispanófonos destacam-se dois representantes: Ros García (2000) e Rodríguez Bravo (2002). Ros García (2000) afirma que a informação é a base para o conceito de Documentação, já que o processo documentário é um processo informativo. O autor fala da noção de “informação documentária” que seria uma mensagem informativa passível de ser recuperada por estar registrada e conservada em um suporte documental. O suporte documental seria a garantia de sobrevivência da mensagem informativa no tempo e espaço, podendo ser recuperada. Logo, a mensagem informativa (informação) e o suporte documental (documento) estariam numa relação íntima, análoga à forma e substância e assim se complementariam. Ros García portanto, assim como os autores da linha francófona, aproxima as noções de documento e informação, enxergando-as como elementos complementares no âmbito documentário:

Desde el momento en que se incorpora el mensaje informativo al soporte físico constituyendo el documento hasta el momento en que el mensaje alimenta la creación de un autor dando lugar a otro nuevo documento, y así en una cadena sin fin, en la que el documento aparece como factor siempre potenciador y semilla imprescindible de nueva información sin límites en el tiempo constituyen la noción de documento. Así, el documento, informativamente hablando, significa la conserva y la difusión del mensaje y la tarea documentaria se erige como un modo de concentración de mensajes incorporados a soportes físicos con el fin de realizar con seguridad y rapidez su comunicación o difusión. Sin embargo, el mensaje documentario es todavía más (ROS GARCÍA, p.5, 2000).

O fato de o autor retomar a própria noção de documento nos dá a dimensão da importância e da proximidade dos termos. Ros García (2000) privilegia a perspectiva objetiva da informação, ou seja, sua funcionalidade associada ao documento. Para isso o autor fala de seu papel comunicativo considerando o fato de ser uma “mensagem portadora” de potencial conhecimento, propriedades da perspectiva subjetiva, embora evidencie o valor pragmático da noção de informação.

Rodríguez Bravo (2002) por sua vez, além da perspectiva objetiva, também ressalta a subjetiva. A autora dedica um capítulo de sua obra para falar da noção de informação. Como já foi dito, a autora faz uma revisão de literatura sobre o termo, das origens até a visão de autores mais contemporâneos, identificando basicamente duas vertentes para a sua definição: a informação objetiva e a informação subjetiva. Na perspectiva objetiva enxerga a informação no âmbito de uma realidade mais concreta – quantificável, mensurável e objetiva – considerada como uma mensagem registrada em um suporte. Já na visão subjetiva a noção de informação varia em função do receptor e de seu estado de conhecimento. Nesse aspecto a autora relembra o caráter da informação potencial, mensagem embutida de uma intenção comunicativa/informacional que pode transformar o conhecimento e a realidade de um sujeito.

A observação das acepções desses autores permite constatar que neste recorte terminológico a noção de informação é tratada preponderantemente sob a perspectiva social, principalmente associada ao contexto que envolve o sujeito-emissor ou receptor da informação. Contudo, o aspecto objetivo, muito relacionado ao documento também é evidenciado, até mais que o subjetivo.

5 RELAÇÕES SIMBIÓTICAS ENTRE OS TERMOS

Após a análise das acepções de cada linha de autores, acerca dos termos documento e informação é possível traçar algumas similitudes e distinções entre as noções. Dentre as perspectivas observadas é notório verificar que há certa predileção dos autores pelo viés social. Mesmo que existem algumas ênfases em alguns momentos em uma das outras duas

perspectivas, não há como negar que as noções de documento e informação, antes de tudo, são frutos das práticas sociais, logo estão diretamente vinculados a um contexto.

O documento considerado entidade social viva está inserido em redes sociais que viabilizam a coordenação, cooperação e articulação social das sociedades contemporâneas (FROHMANN, 2004). As funções sociais dos documentos ocorrem em situações bem definidas, tanto no documento em seu caráter primário (criado com um propósito específico a fim de “representar” as relações sociais e institucionais), como no caráter secundário (quando se atribui seu valor como objeto histórico-cultural). Além disso, a perspectiva social evidencia o documento como uma “manifestação concreta significativa”, ou seja, no âmbito de uma práxis social específica é capaz de direcionar a construção dos conhecimentos no seio de uma comunidade discursiva (COURBIÈRES, 2008).

A informação como fenômeno social é uma construção coletiva e intersubjetiva (produto de vários sujeitos e construída coletivamente). A necessidade de informação não é inerente ao indivíduo, já que sua existência está condicionada a um estado de conhecimento insuficiente, sendo construída por um sistema social (LE COADIC, 2002). Dessa forma a necessidade de informação é dependente não somente do sistema de informação, cujo indivíduo é membro, mas também dos sistemas sociais, culturais, cognitivos e profissionais nos quais eles aparecem.

A informação está envolvida em uma rede de significados que são socialmente negociados pelas comunidades discursivas² e que se combinam para influenciar ou determinar seu “conteúdo informacional”, criando referências de sentido para uma coletividade. Como esse conteúdo está registrado no documento, pode ser construído ou encontrado em uma situação comunicativa localizada no tempo/espço, inseparável tanto do sujeito como do contexto em que foi construído ou reconstruído.

A noção de comunidade discursiva está vinculada tanto a elementos de caráter subjetivo como social. No primeiro caso considera as particularidades do sujeito (usuário/conceptor), principalmente ligadas à intenção e finalidade comunicativa do indivíduo

² A noção de comunidade discursiva é desenvolvida por Capurro (2007) para falar de um grupo social responsável pela pré-compreensão de uma mensagem, já que ao compartilharem “formas de se enxergar o mundo”, teriam o papel de “criar as referências” para a seleção de sentido para seu grupo.

em determinando contexto. Já na perspectiva social amplia-se tal visão para o grupo em que o sujeito se insere num determinado contexto. Contudo, às vezes é difícil delimitar onde começa e termina uma comunidade discursiva, ou mesmo dizer que uma intenção/finalidade comunicativa é fruto “apenas” da visão de um sujeito. Isso ocorre porque vivenciam-se diferentes relações sociais, com interesses e necessidades distintas e dinâmicas. Dessa forma falar do “pertencimento” a apenas uma comunidade discursiva, ou mesmo considerar um único sujeito como o responsável por uma finalidade comunicativa, pode ser redutor demais. Portanto, há várias comunidades discursivas formadas por sujeitos de um coletivo dinâmico “fruto” das inter-relações sociais. Assim, o que acaba norteando o “pertencimento” à alguma comunidade discursiva é o contexto em que se está inserido.

A segunda perspectiva mais evidenciada nas acepções foi a objetiva, tendo uma maior preponderância na noção de informação, associada obviamente à noção de documento como elemento para sua circunscrição, ou seja, seus traços de tangibilidade, e mensurabilidade. No caso de documento a perspectiva objetiva está ligada não apenas ao aspecto físico, evidenciado pelo suporte, mas por uma materialidade ampliada nas noções de meio, estrutura e função.

Nessa linha que valoriza a proximidade entre informação e documento, ressaltada pela perspectiva objetiva há outro autor a ser mencionado, Michel (2000). O autor afirma que a informação em si não é um objeto tangível e objetivo, manipulável e perceptível, ou seja, sua materialidade só se manifesta através de uma mediação documentária. Nessa visão o documento (físico/real ou eletrônico/virtual) que fixaria ou materializaria a informação num dado momento permitindo sua difusão e mudança. Nesse ponto, para marcar essa inter-relação, Michel (2000) prefere denominar “informação-documentação”, expressão na qual sobressai a noção de duas faces de um mesmo elemento, que tem em uma face a informação e na outra o documento.

Essa visão de que a noção de documento e de informação pode ser visualizada como um elemento comum, encarada sob ângulos diferentes já foi observada por outros autores da área, como Smit (2000): “Em resumo, documento e informação são as duas faces da mesma moeda, sendo que uns prestam mais atenção a uma face, outros à outra, mas não é possível descolar as faces da moeda” (SMIT, p.3, 2000).

Sobre a perspectiva subjetiva destaca-se o olhar dos autores hispanófonos. O termo documento, por exemplo, visto genericamente como um suporte, *per se*, não tem nenhuma função documentária. No entanto, ao servir de suporte para uma mensagem, com intenção comunicativa e potencialmente informativa para um receptor “ganha” seu *status* de documento, evidenciando assim a perspectiva subjetiva. A informação, por sua vez, considerada “mensagem potencialmente informativa” e até “fluxo” para alguns autores, no âmbito da Ciência da Informação precisa estar registrada em um suporte. Não que a informação gerada em situações do discurso oral seja ignorada, mas no contexto da Ciência da Informação, em que suas práticas estão voltadas à organização, acesso e recuperação da informação é imprescindível que essa informação esteja materializada para que possa ser disponibilizada.

A perspectiva subjetiva aparece ainda na noção de informação associada à função de “gerar conhecimento”. Tal papel é observado na elaboração do conteúdo informacional feito a partir de uma construção subjetiva de um indivíduo, que em contato com esse conteúdo tem suas estruturas mentais afetadas e até modificadas, podendo potencialmente “gerar conhecimento” (ARAÚJO, 2010). Contudo, essa perspectiva, por ser muitas vezes aproximada da visão cognitiva é criticada por grande parte dos autores, ao restringir-se ao sujeito e ignorar a perspectiva social. Capurro (2007) é um desses autores, que mesmo apresentando as três visões de informação (física, cognitiva e social) enfatiza a importância de se considerar o papel das comunidades discursivas para o entendimento do conceito da informação, o que segundo ele é fruto antes de tudo de práticas sociais e não de situações isoladas de transferência de conhecimento entre indivíduos.

Como já foi mencionado anteriormente, as perspectivas não são apresentadas de forma isolada, mas de modo inter-relacional. Mesmo com a predileção dos autores por alguma das visões, é nítida a percepção de que são nuances que devem ser encaradas complementarmente. No âmbito do documento, por exemplo, ao ressaltar-se a noção de intencionalidade comunicativa, verifica-se que mesmo partindo de um indivíduo a perspectiva subjetiva é determinada por consenso social, ou seja, ocorre pela validação coletiva dessa intencionalidade. Assim, mesmo considerando a intenção e a perspectiva do sujeito (produtor/criador e receptor) é no viés social que se amplia a noção do sujeito isolado e considera-se a visão de uma comunidade discursiva (ARAÚJO, 2010). Os documentos são

produzidos/atribuídos a partir da intencionalidade de uma comunidade discursiva e se organizam sistematicamente em dispositivos a fim de viabilizar seu uso social (MARCONDES, 2010).

Na tentativa de ilustrar essa inter-relação das perspectivas que envolvem as noções de documento e informação apresenta-se uma representação gráfica a fim de se verificar que as perspectivas observadas no trabalho terminológico são dinâmicas e se amalgamam, ficando difícil delimitá-las ou separá-las. Além disso, o contexto é elemento-chave que as envolve, dando-lhes as nuances da situação comunicativa no tempo-espaço.

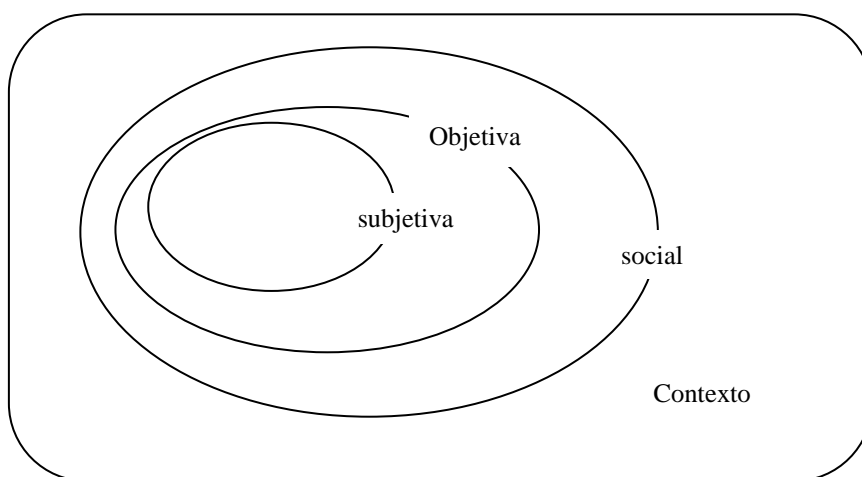


Figura1- Representação gráfica das perspectivas que envolvem as noções de documento e informação

Fonte: Elaboração da autora.

Uma analogia interessante poderia ser feita com a Linguística que tem como objeto o signo linguístico. Para ela tal noção também poderia ser denominada “simbiótica”, já que tanto o plano de expressão (significante), como o plano do conteúdo (significado), são “faces da mesma moeda”, pois somente integrados é que caracterizam a noção de signo linguístico. No âmbito da Ciência da Informação, as noções de documento e informação também podem ser visualizadas de modo semelhante, já que isoladamente perdem parte do que são em conjunto. Assim, a conjunção nas noções constituiria um conceito chave para a área, “o documento-informação”, ou “informação-documentária”, como utilizam os franceses, e alguns autores no Brasil.

Além disso, a visão simbiótica também sugere outra forma de se encarar as noções de documento e informação. Considerando que mesmo distintos, atuam ativamente numa ação de cooperação mútua e associação íntima. Assim, pode-se supor que tal conjunção de forças resulte em um terceiro elemento, a informação-documentária ou documento-informação.

No caso da expressão “documento-informação”, o termo “documento” é determinado pelo termo informação, ou seja, o primeiro tem valor de substantivo, enquanto o segundo o “caracteriza”. Nessa concepção parte-se da perspectiva objetiva, porém evidencia-se o poder qualificativo do termo “informação” que potencializa o valor do documento nas perspectivas subjetiva e social. Já na expressão “informação-documento” ocorre o inverso, ou seja, parte-se da perspectiva mais subjetiva e social, associadas ao termo “informação” e tem-se o atributo “documentário” a fim de delimitar mais objetivamente a primeira noção.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão de literatura e a análise terminológica das acepções dos termos “documento” e “informação” permitiu a constatação de notória proximidade conceitual de ambos os termos na constituição do campo da Ciência da Informação. Tal afirmação pode ser validada tanto por ambos apresentarem traços semânticos semelhantes (perspectiva objetiva, subjetiva e social), como pelo fato de atuarem conjuntamente, numa sintonia simbiótica no escopo do domínio em questão.

O fato da informação como fluxo “naturalmente” precisar da materialidade do documento para se difundir e ser acessada, ou mesmo o documento, que só transcende de sua “materialidade” ao tornar-se meio pelo qual a informação se consubstancia, são evidências de que entre documento e informação não há apenas proximidade, mas em certa medida uma relação simbiótica.

A noção de simbiose provém da Biologia, da subárea da Ecologia, para determinar as relações interespecíficas em que organismos de espécies diferentes se associam intimamente de forma mutuamente vantajosa em que cada um contribui positivamente para a sobrevivência do outro. Analogamente, “documento” e “informação” podem ser encarados como elementos de uma relação simbiótica, pois mesmo considerando suas particularidades, é na conjunção de

suas noções que temos uma visão mais ampla da função de cada termo no âmbito da Ciência da Informação.

Além da nítida proximidade mais objetiva entre os termos há também que se ressaltar o aspecto subjetivo, focado na intencionalidade comunicativa de um sujeito. Por fim é salutar destacar a perspectiva social que amplia as relações e intenções comunicativas no âmbito de uma comunidade discursiva. Em qualquer uma delas é notória a complementaridade entre as noções de documento e informação.

Dessa forma, a visão simbiótica ressalta a inter-relação das perspectivas apresentadas, o que valoriza as práticas da Ciência da Informação: a organização, o acesso e a recuperação da informação. Tais práticas não devem ser vistas por um viés estratificado ou facilmente dedutível de uma visão apenas. Ao contrário, no âmbito da contemporaneidade é preciso olhar as práticas científicas não só relativamente, mas considerando a dinamicidade e as particularidades do contexto de produção e difusão dessas práticas. Assim, documento e informação fundidos podem ser visualizados em suas diferentes perspectivas a partir do contexto das comunidades discursivas.

Por fim, constata-se que esse exercício terminológico de análise das acepções e traços característicos dos termos documento e informação foi válido por elucidar outra perspectiva de se encarar esses termos na área da Ciência da Informação. A proximidade conceitual e a aplicação social concreta dos termos indicou a possibilidade de serem encarados sob uma visão simbiótica, em que ambos coatuam em prol da constituição identitária da área.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, C. A. A. O conceito de informação na Ciência da Informação. *Informação e Sociedade: Estudos*. João Pessoa, v.20, n.3, p.95-105, set./dez., 2010.

BARROS, L. A. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: EDUSP, 2004.

CABRÉ, M.T. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Ed. Antártida; Empúries, 1993.

CAPURRO, R. Epistemología y ciencia de la información. *Enl@ce: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento*, Maracaibo, n.1, ano 4, p. 11-29, jan./abr., 2007.

CAPURRO, R. & HJØRLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.12, n.1, 2007.

- CORNELIUS, I. Theorizing Information for Information Science. *Annual Review of Information Science and Technology*. Dublin: University College Dublin.p.393-425, 2002.
- COURBIERES, C. La question documentaire à l'épreuve du numérique : le recours aux fondamentaux. *Sciences de la Société*, Paris, n.75, p.40-51, oct., 2008.
- COUZINET, V. Complexidade e documento: a hibridação das mediações nas áreas em ruptura. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação Inovação e Saúde*. Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.10-16, set., 2009.
- DAY, R. The conduit metaphor and the nature and politics of information studies. *Journal of the American Society for Information Science*, Malden, jul., 2000.
- FONDIN, H. La science de l'information ou le poids de l'histoire. *Les enjeux de l'information et de la communication*, Grenoble, 2005.
- FRANCKE, H. What's in a Name? Contextualizing the document concept. *Literary and Linguistic Computing*, London, v. 20, n. 1, 2005.
- FREIRE, L. L. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. *Comum*. Rio de Janeiro, v.11, n. 26, p. 46- 65, jan./jun. 2006.
- FROHMANN, B. Revisiting 'what is a document'. *Journal of Documentation*, United Kindom, v.66, n.2, p.291-303, 2004.
- GONZALES DE GOMES, M.N. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, M.A. (org.) *O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.
- HJORLAND, B. Information: Objective or Subjective/Situational? *Journal of the American society for information science and technology*. Malden, v.10, n.58, p.1448–1456, 2007.
- KORNWACHS, K.; KOSNTANTIN, J.(ed.) *Information: New Questions to a Multidisciplinary Concept*. Berlin: Akademie Verlag, 1996.
- LATOUR, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M.; JACOB, C. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Trad.Marcela Mortara. 3ªed. Rio de Janeiro: UFRJ, p.22-24, 2008.
- LE COADIC, Y. F. *Le besoin d'information formulation, négociation, diagnostic*. 2ªed. Paris: ADBS, 2002.
- LUND, N. W. Document theory. *Annual Review of Information Science and Technology*, Medford, v. 43, p. 399-432, 2009.
- MARCONDES. C. H. Linguagem e documento: fundamentos evolutivos e culturais da Ciência da Informação. *Perspectiva em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, v.15, n.2, p 2-21, maio/ago., 2010.

- METZER, J.P. L'Information-documentation. In: OLIVESI, S. (dir.) *Sciences de l'information et de la communication- objet, savoirs, discipline*. France: Presses Universitaires de Grenoble, p.43-61, 2006.
- MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. *Schème et Schématisation*, Paris, n.14, p.51-63, 2. trim., 1981.
- MICHEL, J. L'information et documentation Un domaine d'activité professionnelle en mutation. *Les Métiers du Numérique*, Hermès, v. 1, n.3, p. 47-64, 2000.
- ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *Datagrama zero*. Rio de Janeiro, v.5, n.5, out. 2004.
- ORTEGA, C. D. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, v.14, número especial, p.59-79, 2009a.
- ORTEGA, C. D. *Os registros de informação dos sistemas documentários: uma discussão no âmbito da Representação Descritiva*. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (ECA/USP), 2009b.
- ORTEGA, C. D. A documentação como uma das origens da ciência da informação e base fértil para sua fundamentação. *Brazilian Journal Information Science*. Marília, v.3, n.1, p.3-35, jan./jun. 2009c. Acesso em 28 fev.2011.
- ORTEGA, C. D. Categorias configuradoras da Ciência da Informação: seleção, exploração e sistematização. *Documentación de las Ciencias de la Información.*, v. 33, p. 289-328, 2010.
- OTLET, P. *El Tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica*. Murcia: Universidad de Murcia, 1934.
- PAVEL, S.: NOLET, D. *Manual de terminología*. Montreal: Direção de Terminologia e Normalização do Departamento de Tradução do Governo Canadense, 2002.
- PÉDAUQUE, R. *Document: forme, signe et medium, le reformulations de numériques*. France: Sciences et Technologies de l'information et de la communication; Centre National de la Recherche Scientifique, 2003.
- REIG CRUAÑES, J. Para una teoría informativa del documento: extensión y aplicabilidad del concepto. *Revista Interamericana de Bibliotecología*. Antioquia, v. 28, n. 1, p. 13-42, ene./jun, 2005.
- ROBREDO, J. *Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisitada e contemporânea da ciência da informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas*. 4ed. revista e ampliada. Brasília, DF: Edição de autor, 2005
- RODRÍGUEZ BRAVO, B. *El documento: entre La teoría y la renovación*. Gijon, Trea, 2002.

ROS GARCÍA, J. El concepto de Documentación en la doctrina española. Congreso Universitario de Ciencias de la Documentación, I, Madrid, 14-17 de nov. 2000. *Anales...Madrid*: Universidad Complutense, 2000.

SMIT, J. W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. Brasília, v.1, n.2, p-27-36, 2000.

Agradecimentos: Agradeço à Capes pelo financiamento da Bolsa de pesquisa e à professora Marilda Lopes Ginez de Lara pela orientação no mestrado e por suas contribuições neste trabalho.